

LITERATURA E HISTÓRIA

ORGANIZAÇÃO:
MARIA DE FÁTIMA MARINHO



FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos
2004

LITERATURA E COMEMORAÇÃO:

O descobrimento do Brasil em dois romances do século XIX

MARIA ISABEL JOÃO
(Univ. Aberta)

321

Nas últimas décadas do século XIX realizaram-se várias comemorações de centenários em Portugal. A ideia não era original e os portugueses limitaram-se a seguir uma moda que, na altura, se tinha instalado em vários países europeus, com destaque para a França. O tricentenário da morte de Camões, realizado em 1880, foi inspirado pelo duplo centenário de Voltaire e de Rousseau, celebrado em 1878. Depois dele o país *centenarizou* – para usar um termo inventado por Eça de Queirós, em 1898 – várias figuras da história nacional, como o Infante D. Henrique e Santo António, e os acontecimentos mais emblemáticos dos descobrimentos portugueses. Em 1897-1898, a Sociedade de Geografia de Lisboa empenhou-se na comemoração da viagem de Vasco de Gama e, dois anos mais tarde, foi a vez do descobrimento do Brasil. Mas a conjuntura difícil do Estado português, assoberbado pela crise política e financeira dos anos 90, e as relações tensas com a República brasileira não propiciaram as condições para grandes celebrações públicas, em 1900. As cerimónias decorreram de forma discreta, passando quase despercebidas da opinião pública.

Apesar disso, dois autores viram na viagem da armada comandada por Pedro Álvares Cabral e no desembarque em terras americanas os ingredientes dramáticos necessários para escreverem romances históricos. Trata-se de um género muito popular na época que consistia em recriar os factos históricos com a liberdade permitida pela ficção. Fazia-se, assim, um casamento entre a narrativa do que aconteceu – que era a preocupação central dos historiadores, no quadro da concepção “positivista” da história – e a visão romântica mais atenta ao drama humano. As fronteiras entre o romance e a história eram, naquela altura, bastante fluídas. Basta pensarmos no projecto das grandes biografias heróicas de Oliveira Martins, de que é um magnífico exemplo a obra sobre *Os Filhos de D. João I*, publicada em 1889-1890, na *Revista Portugal*, para percebermos que o historiador não desdenhava utilizar os recursos do romancista para poder ressuscitar as suas personagens históricas. O que se pretendia era que a história contada se tornasse mais viva, mais próxima dos leitores e impressionasse tanto a memória como a imaginação. Aliás, dificilmente se pode atingir uma sem a outra. Para se situar no passado é necessário fazer um esforço para imaginar e recriar os acontecimentos, os contextos, os ambientes. E, ao mesmo tempo, só desse modo é possível incorporá-lo na memória e fazer com que passe a fazer parte do nosso presente. Como muito bem viu Santo Agostinho, «o presente do passado é a memória»¹.

¹ Citado por Joël Candau. *Anthropologie de la mémoire*. Paris, PUF, 1996, p. 25.

Ora, o objectivo deliberado da dramatização da história consistia em recordar o que se passou e contá-lo de tal forma que o povo, como então se dizia, pudesse tomar conhecimento das grandes gestas da história nacional. Os cultores deste género narrativo afastavam-se dos relatos secos, descarnados e impessoais que dominavam a escrita racional e positiva da história, para criar obras que, segundo Oliveira Martins, «tanto agradem ao sábio como ao ignorante, deliciando e educando quem tenha ouvidos para ouvir, olhos para ver e coração para sentir.» (Martins: pp. 7-8). A história reencontrava-se, assim, com uma certa tradição clássica e era vista como uma arte. Através dela procurava-se, afinal, formar a consciência histórica dos cidadãos e construir a memória colectiva da nação. Para melhor se atingir esse fim tanto se podia recorrer a uma história romanceada como a um romance histórico.

Os dois autores a que nos referimos são o portuense Alberto Pimentel (1849-1925) e Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931). Ambos se inserem nas correntes novi-românticas e historicistas que, no final do século, dominaram a literatura portuguesa e contribuíram para renovar o teatro e o romance históricos (Lopes: pp. 17 e 22). Foi uma época muito marcada pela aguda consciência da incapacidade do país para acompanhar o progresso da Europa, pelo menos daquela que contava aos olhos das elites nacionais, e que, talvez por isso, encontrou refrigério para o desalento na exaltação das glórias do passado. Os sucessivos centenários foram o palco ideal de uma retórica nacionalista e imperialista, fortemente anti-britânica, que se comprazia na narrativa dos grandes feitos da idade heróica da nação. A esperança de uma autêntica regeneração ou, como sonhavam os republicanos, de uma revivescência nacional, só podia estar nesse passado mitificado que era apresentado como garantia de um grande futuro. O presente era de «apagada e vil tristeza», no dizer do poeta, mas Portugal tinha forças para se afirmar entre as nações modernas e construir um futuro à altura do esplendor do seu passado. Ao contrário de Alexandre Herculano, que vira com olhos muito críticos o período da expansão portuguesa, os autores finisseculares reviam-se nas grandes gestas dos descobrimentos, das conquistas do Oriente e da colonização do Brasil. Para tal contribuiu, decisivamente, o contexto imperialista da época e as múltiplas campanhas militares de ocupação efectiva das colónias africanas que eram narradas pela imprensa como uma nova epopeia nacional. Assim se compreende a recepção feita pelo país a Mouzinho de Albuquerque, o homem que tinha prendido o Leão de Gaza. Foi imediatamente comparado ao outro Albuquerque, que tinha sido o obreiro do Império do Oriente, e que Henrique Lopes de Mendonça recordara num drama histórico, publicado no ano do «Centenário da Índia».

Na altura da publicação das obras que vamos analisar, ambos os autores eram homens maduros e com provas dadas nas lides literárias. Alberto Pimentel foi um funcionário público que se dedicou sempre à actividade jornalística e literária por vocação². Fez uma incursão na política, tendo sido eleito deputado em várias legislaturas. Mas a escrita mobilizou grande parte da sua energia, a avaliar pela vasta obra que deixou publicada. Henrique Lopes de Mendonça era um oficial da Marinha que honrava a tradição deste ramo das Forças Armadas dedicando-se aos estudos da história naval e dos descobrimentos. Chegou a ser professor de História na Escola de Belas-Artes³, em Lisboa, mas tornou-se mais conhecido pelas suas peças de teatro, pelos romances e pelas narrativas evocativas, publicadas em *O Comércio do Porto*, que reuniu nos oito volumes de *Cenas da Vida Heróica*. Em 1890, escreveu a letra d'*A Portuguesa* em tom

² Pimentel, (Alberto), in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXI; Lisboa / Rio de Janeiro, Editora Enciclopédia, Lda, s.d., pp. 664-665.

³ Lopes de Mendonça (Henrique), in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, p. 444.

belicoso, evocando logo na primeira estrofe os "heróis do mar". A cultura histórica de ambos os escritores reflecte-se nos romances, onde é perceptível o conhecimento das fontes e dos estudos históricos disponíveis na altura da redacção das obras. Alberto Pimentel publicou o romance, justamente intitulado *O Descobrimento do Brasil*, pela primeira vez em 1895, e reeditou-o em 1900. Lopes de Mendonça editou *Terra de Santa Cruz* em 1899, já a pensar decerto no centenário.

O ponto de partida dos dois romances é o mesmo. Ambos se inspiram na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel. O relato da viagem e do primeiro contacto com os índios segue de perto o texto do escrivão. Além disso, os escritores transformaram o degredado Afonso Ribeiro, um criado de D. João Telo, segundo a informação de Pero Vaz, na sua personagem principal. A trama romanesca inicia-se em Lisboa, onde o infeliz Afonso Ribeiro é apanhado nas malhas de uma história amorosa e de uma rixa, em que a morte de um homem lhe molda o destino. Segundo as leis da época teria de ser enforcado, com pregão e barçoço, mas há quem interceda a seu favor de modo a conseguir a comutação da pena de morte para o degredo. Os pormenores desta tragédia inventada pelos romancistas são diferentes, naturalmente. Em seguida, relatam o dia do embarque e da partida da armada de Pedro Álvares Cabral, que são descritos de forma detalhada nas duas obras, com base nas crónicas da época. A mesma preocupação de fidelidade ao testemunho histórico se observa na narrativa da viagem e do encontro com os índios, que é somente temperada por alguma intriga romanesca que os autores vão introduzindo para manter o interesse dos leitores.

Na parte final, o enredo torna-se bastante diverso. Na novela de Alberto Pimentel, o fim da história acontece com a consumação da relação amorosa de Afonso Ribeiro com a índia Jatahi que, simbolicamente, anuncia o cruzamento das raças e a futura colonização do Brasil. Em terras brasileiras, o único elemento de intriga é dado pelo ciúme do índio Açú e pela sua mal sucedida tentativa de assassinar o português com uma seta envenenada. Pelo contrário, na obra Lopes de Mendonça, as maiores aventuras desenrolam-se na Terra de Santa Cruz. Os degredados começam por levar uma vida "fagueira e deliciosa", mas cedo descobrem que estão a ser engordados para um "festim canibal". Acabam por conseguir escapar desse triste fim e Afonso Ribeiro, por artes da espingarda e da pólvora, torna-se rei dos índios. Empreendem uma "odisseia sertaneja" para conhecer o interior; travam guerras com outras tribos de índios; salvam náufragos portugueses e informam-se das novidades da viagem de Cabral e da Pátria. Nesta intriga, Lopes de Mendonça inspira-se em histórias conhecidas como a de D. Diogo Álvares, o Caramuru, e evoca personagens ligadas à fase inicial do povoamento, como João Ramalho⁴. As histórias destas personagens são reconhecíveis nas peripécias inventadas por Lopes de Mendonça. Apesar das diferenças, tal como na novela anterior o final é uma antevisão de um Portugal novo do qual é o anjo anunciador o filho que a índia, Manacá, traz no ventre. Faz, por isso, todo o sentido que o título da novela de Alberto Pimentel se fique pelo descobrimento, enquanto que Lopes de Mendonça quis, com *Terra de Santa Cruz*, destacar a fase subsequente que constitui quase metade da novela.

A história ocupa nas duas novelas um lugar destacado. Não só a base da sua inspiração são fontes históricas, mas também é perceptível que os autores se documentaram para reconstituir com algum realismo os ambientes. Alberto Pimentel mantém

⁴ Natural de Vouzela, este homem estabeleceu-se na região de Piratininga e esteve na origem da fundação de São Paulo. Manteve uma relação marital com a filha de um cacique índio, da qual teve larga descendência. Dispôs de grande prestígio e autoridade junto dos índios. (Ver Ramalho, João, in *Dicionário de História dos Descobrimentos*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, p. 931.)

a proximidade com as suas fontes que cita, no corpo do texto e em nota de rodapé, para demonstrar ao leitor que o seu relato não é fantasioso. A propósito das várias cenas intercala longas descrições de Lisboa, dos seus principais monumentos e de variados costumes e tradições populares, revelando o seu gosto pessoal pela etnografia e uma notável erudição. Nesse aspecto, a obra de Alberto Pimentel é mais informativa, mas menos bem conseguida como romance. Grande parte do texto serve para introduzir elementos de história e de etnografia que fazem perder o ritmo da novela. Já em Lopes de Mendonça há um fio condutor claro, que é dado pela trama romanesca e da qual o leitor não é distraído por divagações marginais. A narrativa de episódios da história de Portugal aparece, pontualmente, na fala dos personagens e há a preocupação de evocar certas figuras, como Bartolomeu Dias e Duarte Pacheco Pereira. Mas é na reconstituição dos ambientes, nos arcaísmos da linguagem e nas fontes de inspiração dramática que reside a componente histórica da novela. A história embebe a própria narrativa. Além disso, a intriga é mais rica e pontuada por notas de humor. O companheiro de infortúnio de Afonso Ribeiro é um tipo folgazão, com o nome muito apropriado de Paio, que acha que os índios andam «mais à moda do Paraíso do que a gente que se diz cristã» (Mendonça: p. 153). Na sua opinião, oferecer-lhes panos para se cobrirem só vai estragar os «bons costumes da terra».

Nas duas obras, temos um narrador onisciente que domina o curso do tempo. Alberto Pimentel assume esse papel e inicia a sua obra convidando o leitor a acompanhá-lo por alguns tenebrosos meandros da antiga baixa da cidade de Lisboa. Lopes de Mendonça narra de forma impessoal, mas ambos se colocam no presente a relatar o passado. O tempo verbal dominante é o pretérito perfeito e imperfeito. Por várias vezes não resistem aos anacronismos, dando conta do que aconteceu depois ou servindo-se disso para avaliar a época do seu relato. Alberto Pimentel chega mesmo a pedir desculpa ao leitor por recorrer a um auto de Gil Vicente, de 1519, para falar da corrupção dos costumes e do adultério feminino, propiciados pela longas ausências dos homens no mar (Pimentel: p. 129). Uma das suas personagens é, aliás, inspirada numa figura feminina do pai do teatro português. Lopes de Mendonça confere, na sua história, um grande protagonismo a Duarte Pacheco Pereira, que foi considerado um dos precursores de Cabral no descobrimento do Brasil, e reporta-se à obra em que este narra as suas navegações, o *Esmeraldo de Situ Orbis*, provavelmente redigida entre 1505 e 1507-08. Não só a narrativa de Pacheco Pereira é posterior ao descobrimento do Brasil, mas também o papel destacado que Lopes de Mendonça lhe atribui, como conselheiro náutico do comandante da expedição, não está fundado em provas documentais. Uma liberdade permitida pela ficção que serve para demonstrar a ideia de que D. Manuel desprezou os verdadeiros navegadores e valorizou a nobreza, sempre que se tratou de atribuir o comando das armadas. Bartolomeu Dias é o outro homem a quem Lopes de Mendonça defende que deveria ter sido atribuído o comando da armada, pela sua experiência e pela inolvidável proeza de ter dobrado o Cabo das Tormentas. Deste modo, os narradores deixam perceber que contam o passado a partir do presente e projectam nele ideias e polémicas que são posteriores.

O tempo dos narradores é o presente e, paralelamente, situam-se no seu país e na sua cultura. O olhar sobre a terra americana e os índios é, naturalmente, o de europeus, no final do século XIX. O Brasil é visto como um terra edénica, um Paraíso ou um lugar bíblico. Desde o século XVI que essa visão se tornou corrente e justificou, aliás, a designação de Novo Mundo. Como refere Sérgio Buarque de Holanda, «Novo não só porque ignorado, até então, das gentes da Europa [...], mas porque parecia o mundo renovar-se ali e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e ao rigor das estações, como se estivesse verdadeiramente

restituído à glória dos dias da Criação» (Buarque: p. 204). Nos dois romances esta ideia está bem patente, mas a terra recém descoberta é também a promessa de uma grande obra de colonização dos portugueses e de um futuro Império. É a terra de uma promessa realizada que, então, se acreditava que poderia ser repetida em África. Por isso, a história narrada serve de proveito e exemplo para os portugueses descrentes, esquecidos das glórias de outrora e sem energia para enfrentar o futuro. Como rezava o *Hymno do Centenario da India*, de 1897: «O passado é lição, é modelo; / Cumpre tel-o vivaz na lembrança / Para dar-nos alentos de esperança, / E inspirar-nos palavras de fé!» (Costa: p. 12). Por isso, na figura arrojada e profética do velho marinheiro Tomé Gonçalves, Alberto Pimentel criou um oposto do Velho do Restelo que se insurge contra os que se lamentam na hora da partida da armada de Vasco da Gama por revelarem pouca fé (Pimentel: p. 58).

Os primitivos habitantes do Brasil merecem um lugar de destaque nos dois romances. Porém, como refere no prefácio da sua obra Alberto Pimentel, nada é mais complicado do que a etnografia das tribos brasílicas. As fontes quincentistas são contraditórias e imprecisas, o que é tanto mais natural quanto os permanentes conflitos entre os ameríndios e a sua mobilidade tornam difícil atribuir-lhes uma localização no território. Alberto Pimentel pensa que os marinheiros da armada de Cabral entraram em contacto com os *aimorés*, também conhecidos por *botocudos*, do grupo mais vasto dos *tapuias*. Fundamenta a sua suposição em autores brasileiros, como Gonçalves Dias, e na semelhança que encontra entre a descrição dos costumes indígenas feita por Caminha e as notícias mais recentes da etnologia. Por sua vez, Lopes de Mendonça refere-se aos *tupiniquins*, da família *tupí*, aos quais também atribui a designação de botocudos, por causa do passador de osso (botoque) que traziam atravessado no beijo inferior (Pimentel: p. 236). Os dois coincidem, portanto, no termo botocudos, que é consistente com o relato de Caminha, mas divergem quanto à identificação das tribos. Ora, parece que os dois grupos disputaram a posse daquela região do litoral brasileiro (Couto: pp. 56-60), mas são realmente diferentes. Os *tapuias*, grupos de caçadores recolectores considerados inferiores pelos próprios povos *tupí*, mais bem organizados e apetrechados do ponto de vista técnico, povoaram a costa brasileira, mas foram expulsos pelos segundos para o sertão antes da chegada dos portugueses. É provável, assim, que os primeiros contactos tenham sido com os *tupiniquins* («colaterais dos tupis»). Posteriormente, a escravatura e as doenças contribuíram para dizimar os amigáveis *tupiniquins* e os portugueses viram-se confrontados com os bravos e ferozes *aimorés*, que provocaram grandes estragos nas capitânias de Porto Seguro e de Ilhéus (Magalhães: p. 33).

Não é possível discutir as informações sobre a etnografia indígena constantes das duas obras. Contudo, a visão geral dos índios aparece associada a termos como «selvagens», «barbárie», «ignorância primitiva», «indolência» e «sensualidade», que são consistentes com os estereótipos comuns na época. A questão do canibalismo tem particular destaque em Lopes de Mendonça, uma vez que se cruza com a intriga do romance. Mas Alberto Pimentel também se refere aos banquetes «com o sangue e a carne das suas victimas humanas», como o expoente máximo da selvajaria (Pimentel: p. 249). Apesar disso, a mulher indígena possui todos os predicados do ideal feminino burguês: delicadeza, brandura, dedicação, amor. O que faria dela um instrumento fundamental da colonização do Brasil e um apoio inestimável dos portugueses. Na mulher índia viram os dois romancistas o elemento mais dúctil e favorável à civilização.

A mulher ocupa nestas novelas um lugar central, porque uma grande parte do seu público era certamente feminino. A mulher «inocente e pura», que o homem

guarda na alma como «a imagem de uma santa na cortina de um altar», é o protótipo feminino enaltecido por Alberto Pimentel (p. 311). O seu contraponto brasileiro é a mulher dominada por uma «paixão selvagem, espontânea e ardente», capaz de uma total dedicação ao seu amado (p. 270). Mas há também o tipo da mulher interesseira e devassa, que ilude os homens e os maltrata. Em Lopes de Mendonça, a principal figura feminina, por causa da qual se desenrola boa parte do enredo, está ausente. Mas ela é a alegre e jovem doceira, que vende farténs⁵, e não hesita em entregar-se ao pecado carnal no segredo da sua alcova. É a mulher objecto de cobiça dos homens, causadora involuntária de desgraça. A mulher índia, por sua vez, aparece como a companheira fiel, dedicada e submissa, capaz de aceitar a condição de segunda esposa e de servir a mulher estrangeira, se o português quiser resgatar o seu antigo amor. Mas este decide dedicar-se à mulher e ao filho, que tem o dever de educar para edificar um Portugal novo, do outro lado do Atlântico. Ambas as histórias têm, deste modo, um final moralista. O herói age de acordo com os bons costumes e a moral burguesa. Ele é, afinal, o símbolo do colonizador que levou a civilização a uma terra edénica, mas habitada por «selvagens».

As personagens destes romances não têm riqueza humana nem densidade psicológica. São *tipos* nos quais os autores quiseram projectar a sua visão de uma época passada, mas onde, no fim de contas, estão reflectidos valores e preconceitos do seu tempo. Os índios e as terras tropicais são um ingrediente fundamental destas novelas que vêm, deste modo, ao encontro do gosto pelo exotismo. As sociedades europeias oitocentistas cultivaram um interesse acentuado por tudo o que era diferente e estranho. Havia uma grande curiosidade em relação ao mundo e aos povos de continentes e regiões pouco conhecidas que se traduziu nas grandes viagens de exploração e numa abundante literatura de viagens e de aventuras. Amores romanescos, exotismo e história do período heróico da nação são os elementos com os quais se podia cozinhar um certo sucesso junto do público. Mas não são suficientes para construir obras literárias que perdurem para além das circunstâncias em que foram dadas à estampa. Nesse aspecto, ambas as novelas nos aparecem muito datadas e marcadas pelo seu carácter comemorativo. Contudo, a novela de Lopes de Mendonça tem maior poder de envolvimento do leitor do que o enredo frouxo alinhavado por Alberto Pimentel. Aquele, na medida em que se distancia do relato histórico e usa com maior mestria as técnicas do romance, consegue produzir uma narrativa mais convincente, que apela à imaginação e é mais facilmente retida pela memória. Por isso, pode concluir-se que as duas obras partiram da mesma ideia e misturaram os mesmos ingredientes, mas a mais conseguida é aquela em que o escritor se afasta mais da história para a recriar, a reinventar com a garra, a emoção e a inteligência próprias do romancista.

⁵ Farte, fartel ou fartem. nome de tipos de bolo: bolo de açúcar e amêndoas envolvido em farinha de trigo; bolos que contêm creme (*Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Confluência/Livros Horizonte, 1980, p. 23).

Referências bibliográficas

COSTA, Fernandes

1897, *Hymno do Centenario da India*, Lisboa, Imprensa Nacional.

COUTO, Jorge

1995, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Cosmos.

HOLANDA, Sérgio Buarque de

1992, *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense.

LOPES, Óscar

1987, *Entre Fialbo e Neméstio. Estudos de literatura portuguesa contemporânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

327

MAGALHÃES, Joaquim Romero

1998, «A construção do espaço brasileiro», in Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri (coord.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. II, s. I., Círculo de Leitores.

MARTINS, Oliveira

1973 (1.^a ed., 1889-90), *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores.

MENDONÇA, Henrique Lopes de

1899, *Terras de Santa Cruz*, Lisboa, Bibliotheca Brasil Portugal.

PIMENTEL, Alberto

1900 (1.^a ed., 1895), *O Descobrimento do Brasil*, Commemorativa do 4.^o Centenario do Descobrimento do Brasil, Lisboa.

Os textos que agora publicamos dão conta da complexidade de relações entre literatura e história, apresentando uma significativa diversidade de temáticas, de análises e de modos de ler. Se uns se debruçam sobre a inclusão do discurso histórico em textos medievais, outros exploram a progressiva consciência histórica do Renascimento ao século XVIII, enquanto outros ainda repensam a riqueza de perspectivas do século XIX ou a multiplicidade de focalizações e de discursos dos fins de novecentos. Embora os estudos se situem predominantemente no domínio da língua portuguesa (incluindo as literaturas brasileira e africana), contam-se também ensaios sobre literaturas de expressão francesa, castelhana, inglesa e alemã, incursões na literatura clássica greco-romana e reflexões sobre a própria teorização do fenómeno de interferência de discursos que são simultaneamente similares e distintos.

A diversidade do índice demonstra a riqueza e o interesse destas actas, que se tornarão com certeza num contributo inestimável para a investigação das relações entre duas ciências que dificilmente poderão evoluir separadamente.

Maria de Pátima Marinho